

**EDITAL Nº01/2026 PROCESSO DE SELEÇÃO PARA INGRESSO NO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

LINHA 01 – Direitos Humanos, Políticas Públicas e Efetividade Constitucional

Resultado da Avaliação dos Anteprojetos

Nº	Nº de Inscrição	Título do Projeto	Nota
01	48209	PUNIÇÃO, DISCURSOS DE ÓDIO E IDENTIDADES: UMA ANÁLISE CRIMINOLÓGICA CRÍTICA DA EXPANSÃO PENAL EM CONTEXTO DE POLARIZAÇÃO POLÍTICA.	4,0
02	48174	O QUE OS JUÍZES DE MACEIÓ/AL ENTENDEM POR ORDEM PÚBLICA? Uma análise das decisões de conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva em crimes de furto e roubo	8,0
03	48045	PUNITIVISMO, VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E ADVOCACIA CRIMINAL: A estigmatização da defesa técnica no sistema de justiça penal brasileiro e seus impactos sobre os direitos e garantias fundamentais do acusado.	5,0
04	48190	INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA, POLÍTICA JUDICIAL DE DROGAS E RACISMO ESTRUTURAL: uma análise empírica das condenações por tráfico nas comarcas da zona da mata alagoana entre 2023 e 2026	4,5
05	48102	A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS E A PEJOTIZAÇÃO DO TRABALHO INTELECTUAL REMOTO: análise hermenêutico-constitucional da jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (TRT-19/AL) e suas implicações na efetividade do direito fundamental ao trabalho	7,0
06	48138	DO TEXTO AO PRETEXTO: Constitucionalismo abusivo e erosão democrática nos Poderes da República (pós-1988)	7,0
07	48175	A PONDERAÇÃO JUDICIAL E OS SABERES CIENTÍFICOS: Em Busca de um Padrão Metódico-Interpretativo para a Aplicação Racional do Teste de Proporcionalidade no Direito Constitucional Brasileiro	8,5

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO

08	48181	A LICENÇA AMBIENTAL ESPECIAL DE ATIVIDADE OU EMPREENDIMENTO ESTRATÉGICO COM ALTO POTENCIAL DE DEGRADAÇÃO: discricionariedade, delegação normativa e Estado Socioambiental de Direito	8,5
09	48208	A INVALIDADE DO ATO DE IMPUTAÇÃO PENAL FUNDAMENTADA EM VÍCIO LÓGICO-SEMÂNTICO: UMA ANÁLISE SOBRE A MARGINALIZAÇÃO HERMENÊUTICA E A TEORIA DAS NULIDADES	6,0
10	48186	A PROVA AUDIOVISUAL DAS CÂMERAS CORPORAIS NOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS: LIMITES, ADMISSIBILIDADES E IMPACTOS NA PRODUÇÃO PROBATÓRIA - UMA ANÁLISE À LUZ DA EFETIVIDADE CONSTITUCIONAL.	4,5
11	48166	Mídia, Processo Penal e Populismo Penal: A espetacularização do processo e a "garantia da ordem pública": o clamor público mediado como fundamento autônomo da prisão preventiva.	6,5
12	48115	O Fechamento do Manicômio Judiciário de Alagoas e os Desafios do Cumprimento da Medida de Segurança para Pessoas com Transtornos Mentais	5,5
13	48136	A LAVRATURA DE TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA PELA POLÍCIA MILITAR COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO ÀS GARANTIAS FUNDAMENTAIS: uma análise criminológica e constitucional da desformalização da persecução penal frente às cerimônias degradantes aos imputados de infrações de menor potencial ofensivo	5,0
14	48089	A (IN)SUFICIÊNCIA EPISTEMOLÓGICA DA PROVA DEPENDENTE DA MEMÓRIA SEM CORROBORAÇÃO EXTERNA: Análise sobre a (in)aplicabilidade da teoria da perda de uma chance probatória como critério objetivo de proteção à presunção de inocência.	8,5

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO

15	48017	PROVAS DIGITAIS E CADEIA DE CUSTÓDIA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO análise enquanto direito fundamental da parte ao devido processo legal à luz dos pilares da segurança da informação e suas consequências jurídicas em eventual violação/adequação	8,5
16	48142	A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS NA PRESERVAÇÃO DA CADEIA DE CUSTÓDIA DA PROVA CRIMINAL APÓS A LEI No 13.964/2019: Instrumento de Garantia da Prova Lícita e dos Direitos Fundamentais no Processo Penal	5,0
17	48041	A EFETIVIDADE CONSTITUCIONAL DAS AÇÕES AFIRMATIVAS: análise da implementação das cotas étnico-raciais nos concursos públicos docentes da Universidade Federal de Alagoas à luz dos direitos fundamentais e da igualdade material.	8,5
18	48108	Ordem econômica constitucional: Intervencionismo Estatal como condição para efetividade dos direitos sociais: DIREITO CONSTITUCIONAL À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E A MERCANTILIZAÇÃO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EAD: O PAPEL REGULATÓRIO DO ESTADO FRENTE À BANALIZAÇÃO DAS PÓS-GRADUAÇÕES LATO SENSU	7,0
19	48113	JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: A EFETIVIDADE DO DIREITO À SAÚDE E DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA SOB A ÓTICA DAS DECISÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS ENTRE 2023 E 2025	8,5
20	48127	A PATRULHA MARIA DA PENHA DE ARAPIRACA/AL COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO ESTATAL PARA A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: uma análise à luz da ordem econômica constitucional	7,5
21	48147	FEDERALISMO FISCAL COMO INSTRUMENTO DE JUSTIÇA FISCAL: uma análise constitucional do Fundo de Participação dos Municípios na mitigação dos efeitos da regressividade tributária e na concretização dos direitos fundamentais sociais nos municípios nordestinos de baixo desenvolvimento socioeconômico	8,0

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO

22	48218	O CORPO DA MULHER COMO RECURSO DO ESTADO autonomia reprodutiva, igualdade de gênero e os limites constitucionais ao poder estatal em tempos de crise: uma análise à luz da obra O Conto da Aia, de Margaret Atwood	6,0
23	48185	OS PROCESSOS ESTRUTURAIS E DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA EM ALAGOAS: A ATUAÇÃO DA COMISSÃO REGIONAL DE SOLUÇÕES FUNDIÁRIAS DO TJAL COMO MECANISMO DE SUPERAÇÃO DA INEFETIVIDADE DA PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL À LUZ DA ADPF 828	7,5
24	48084	ENTRE SILÊNCIOS E INVISIBILIDADES: A VIOLÊNCIA PATRIMONIAL NAS AÇÕES DE ALIMENTOS COMO INSTRUMENTO DA PERPETUAÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO E VIOLAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS DE MÃES SOLO NO BRASIL	6,0
25	48133	Direito ao Meio Ambiente de Trabalho Equilibrado das Comunidades Tradicionais Pesqueiras de Tatuamunha, Município de Porto de Pedras em Alagoas	8,0
26	48121	Danos ambientais decorrentes da desocupação do Cemitério Santo Antônio (Bebedouro): o direito à cidade no desastre socioambiental Salgema-Braskem em Maceió-AL	6,0
27	48148	Colonialidade do saber e efetividade constitucional dos direitos fundamentais dos Povos Indígenas: desafios à concretização do direito à educação intercultural no Brasil	5,0
28	48182	CONTROLE CONCENTRADO, POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO STF: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL-DECOLONIAL DAS ADPFS JULGADAS ENTRE 2015 E 2026	4,0
29	48124	FOME E COLONIALIDADE: obstáculos à promoção da segurança alimentar no Brasil à luz das teorias da (de)colonialidade	7,5

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO

30	48101	TEMPO EXPROPRIADO E O FETICHISMO DA AUTONOMIA: o capitalismo de plataforma e as novas rotas da herança colonial em Alagoas	5,0
31	48132	GOGÓ DE EMAS: A CASA DA MULHER ALAGOANA E A SUA IMPORTÂNCIA NO PODER JUDICIÁRIO COMO ÓRGÃO DE GARANTIA À APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA E A PROTEÇÃO AO DIREITO À VIDA DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM ALAGOAS	5,0
32	48093	CRIMES SEXUAIS CONTRA CRIANÇAS EM CONTEXTO DE CONFLITO FAMILIAR: Protocolo de julgamento, mecanismos de proteção e articulação entre instâncias jurisdicionais	5,0
33	48137	ENTRE A RESPONSABILIZAÇÃO E O CONTROLE: UMA ANÁLISE DOS GRUPOS REFLEXIVOS PARA AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL EM ALAGOAS.	5,5
34	48104	LEI, CULTURA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: os limites da resposta penal à violência doméstica e ao feminicídio no Estado de Alagoas	8,5
35	48129	ENTRE MUROS E SILÊNCIOS: a (in)eficácia das Medidas Protetivas de Urgência e os limites da dogmática penal contemporânea no enfrentamento da violência sexual infantil intrafamiliar	7,0
36	48107	MULHER DE MALANDRO: O TRÍPLO ABANDONO E OS FATORES DE ENTRADA NO CRIME EM MACEIÓ/AL: Uma Análise Criminológica-Dogmática da Execução Penal Feminina: entre a Cegueira de Gênero Institucional e os Desafios do Retorno à Sociedade	4,0
37	48222	CORPOS EM TRÂNSITO, VIDAS EM CATIVEIRO Uma análise criminológica e penal do tráfico de mulheres brasileiras para fins de exploração sexual sob a perspectiva de gênero e vitimização	4,5
38	48061	COMO A EXPERIÊNCIA DE MISOGÍNIA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO INFLUENCIAM AS TRAJETÓRIAS DE VIDA DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL ALAGOANO	5,0

39	48076	Revitimização institucional e vulnerabilidade interseccional de meninas adolescentes vítimas de violência sexual: uma investigação teórico-empírica da efetividade do sistema de justiça criminal brasileiro	5,0
40	48112	VULNERABILIDADE SOCIAL, ECONOMIA DO CRIME E SELETIVIDADE PENAL: a atuação do Tribunal de Justiça de Alagoas nos julgamentos de mulheres por tráfico de drogas	8,0

Observação: O parecer do projeto está disponível mediante solicitação, feita pelo próprio candidato, dirigida ao e-mail mestradodireitoufal@gmail.com, ou presencialmente na secretaria do Mestrado, observado o seu horário de funcionamento.

LINHA 02 – Constitucionalização e Aplicação do Direito –Estado e Particulares

Resultado da Avaliação dos Anteprojetos

Nº	Nº de Inscrição	Título do Projeto	Nota
01	48040	RELAÇÕES FAMILIARES TRANSNACIONAIS redes sociais como potencializadora e vulnerabilidade da mulher brasileira frente à desigualdade estrutural	4,5
02	48119	RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PLATAFORMAS DIGITAIS POR DANOS DECORRENTES DE DECISÕES AUTOMATIZADAS DE MODERAÇÃO DE CONTEÚDO: LIMITES E DESAFIOS PARA A TUTELA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO AMBIENTE DIGITAL	6,0
03	48050	A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PLATAFORMAS DIGITAIS POR DANOS ALGORÍTMICOS: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	7,0
04	48189	A SEXUALIZAÇÃO SINTÉTICA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA ERA DAS DEEPFAKES Tutela da Personalidade e Deveres de Proteção à Pessoa em Desenvolvimento	8,5
05	48145	SÍMBOLOS DE VIOLÊNCIA X LIBERDADE DE EXPRESSÃO A relativização de conceitos acerca de dignidade da mulher como máscaras de opinião e os marcadores de feminicídio em Alagoas	4,0
06	48114	A NATUREZA JURÍDICA DA MODERAÇÃO DE CONTEÚDO: LIMITES CONSTITUCIONAIS À DISCRICIONARIEDADE ALGORÍTMICA DAS PLATAFORMAS DIGITAIS	8,5
07	48130	CIDADANIA DIGITAL INFANTOJUVENIL: A PREDUÇÃO DE DADOS E O CONFLITO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS ENTRE PARTICULARES	8,0

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO

08	48202	EXCLUSÃO DIGITAL, VULNERABILIDADE SOCIAL E EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: OS IMPACTOS DA DIGITALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS PARA SEGURADOS RURAIS	5,0
09	48103	FEDERALISMO COOPERATIVO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS INTERFEDERATIVOS NA REFORMA TRIBUTÁRIA: A NOVA COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO STJ NOS CONFLITOS RELACIONADOS AO IBS E À CBS	8,0
10	48109	NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS SOBRE PROVA: LIMITES, POSSIBILIDADES E PERSPECTIVAS NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	8,0
11	48120	A EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO CIVIL COMO INSTRUMENTO DE CONCRETIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA: inteligência processual e especialização da atividade executiva no Estado Constitucional.	7,0
12	48122	CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ADMISSIBILIDADE DA INTIMAÇÃO PROCESSUAL VIA APLICATIVO DE MENSAGENS INSTANTÂNEAS WHATSAPP	5,0
13	48176	NOVOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO DIGITAL: Análise da aplicação dos princípios da simplicidade e sustentabilidade administrativa nos serviços públicos digitais do Estado de Alagoas.	8,5
14	48180	Contrato de gestão como instrumento da efetivação de direitos constitucionais fundamentais no âmbito da nova Administração Pública Tecnológica	7,75
15	48075	DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SUSTENTÁVEL: a sustentabilidade administrativa como metaprincípio constitucional do Estado brasileiro	8,0
16	48125	O CONTROLE INTERNO MUNICIPAL COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À PROIBIDADE ADMINISTRATIVA: uma análise à luz da constitucionalização da Administração Pública contemporânea.	7,75

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO

17	48193	ENTRE A MORADIA E A PROPRIEDADE: regime jurídico do reassentamento habitacional de vítimas de desastres naturais em áreas de risco em Alagoas	7,0
18	48197	DA CULTURA DE DESCONFIANÇA A CONFORMIDADE COOPERATIVA: A TRANSFORMAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTRIBUINTE-EMPRESÁRIO NO CONTEXTO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 132/2023	7,5
19	48140	A (RE) CONSTRUÇÃO DA NORMA DE REPARTIÇÃO DE RECEITAS: A CENTRALIZA- ÇÃO SEMÂNTICO-PRAGMÁTICA NO COMITÊ GESTOR DO IBS E A TRANSMUTAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS FINANCEIRAS MUNICIPAIS	8,0
20	48170	OS LIMITES DA COMPETÊNCIA COMPARTILHADA NA REFORMA TRIBUTÁRIA: Tensões entre o Comitê Gestor do IBS e o Federalismo Fiscal Brasileiro	7,4
21	48146	CAPACITISMO INSTITUCIONAL E NORMATIVO RELATIVO À AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR: A VIOLAÇÃO AO DIREITO FUNDAMENTAL À ISONOMIA DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NÍVEL 1	7,4
22	48141	A INOBSERVÂNCIA DA RATIO DECIDENDI NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM CONTROLE CONCENTRADO E SEUS IMPACTOS NAS GARANTIAS PROCESSUAIS DOS USUÁRIOS DE PLATAFORMAS DIGITAIS	8,5
23	48150	O DEVIDO PROCESSO CONSENSUAL NOS CEJUSCs DIGITAIS Garantias fundamentais, vulnerabilidade e controle constitucional da autocomposição	8,5
24	48217	Mandado de segurança contra o INSS para antecipação de perícia médica: O ativismo judicial e os impactos da concessão da concessão da segurança à luz princípio da isonomia	5,5
25	48152	A Autonomia Epistêmica da Prova Digital: entre os limites do convencimento motivado, critérios de valoração judicial e soberania humana.	7,0



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO

Observação: O parecer do projeto está disponível mediante solicitação, feita pelo próprio candidato, dirigida ao e-mail mestradodireitoufal@gmail.com, ou presencialmente na secretaria do Mestrado, observado o seu horário de funcionamento.
